

boletim ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas Seção Sindical/ANDES-SN



>>> SAÚDE DOCENTE

Adoecimento é crescente na Ufam: sofrimento psíquico chama atenção

Anderson Vasconcelos e Daisy Melo

Em três anos, o número de docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) afastados por motivo de saúde aumentou 15,4%. Ao todo, 287 professores, entre eles docentes de carreira e até substitutos, se ausentaram das atividades de ensino, pesquisa e extensão entre 2015 e 2017. A maior ocorrência se deu em 2016, quando 119 servidores se licenciaram.

Dados obtidos com exclusividade pela reportagem da ADUA-SS junto ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), chamam atenção para a incidência de transtornos e problemas relacionados à saúde mental como motivo do afastamento.

Na lista de ocorrências, todas identificadas com o devido Código Internacional de Doença (CID), constam transtorno bipolar, episódios depressivos, esquizofrenia, reações ao estresse grave, transtornos ansiosos e de adaptação. No hall aparece inclusive agorafobia, um tipo de transtorno em que a pessoa acometida tem medo de lugares e situações que possam causar pânico, impotência ou constrangimento.

Para a gestora do Siass na Ufam, a assistente social Renata Pinheiro, é preciso investigar se essas doenças são decorrentes das condições de trabalho, de excesso de labor, de assédio ou da relação interpessoal. Segundo Renata, é recorrente a reclamação, sobretudo do professor que atua nos *campi* fora da sede, em relação a problemas de infraestrutura da universidade e o impactado disso na vida deles.

Na análise de uma das psicólogas que

atuam no Siass, Amanda Tundis, as universidades federais estão passando por um “processo de adoecimento” em virtude da expansão desorganizada. “A política do Reuni [Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras] aumentou a oferta de vagas nas universidades, mas não ofereceu infraestrutura. Esse é um retrato nacional”, afirmou, acrescentando que a Ufam e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) são os dois órgãos cujos servidores mais demandam o Siass/Ufam, entre os onze que o Subsistema atende.

Pesquisas apontam que a falta de infraestrutura adequada é um indicador crítico laboral. Em um artigo publicado, neste ano, intitulado “Estratégias de mediação no trabalho docente: um estudo em uma universidade pública na Amazônia”, quase 60% do público docente entrevistado apontou os problemas na infraestrutura da instituição como determinantes para o adoecimento, seguidos de dificuldades nas relações socioprofissionais e a sobrecarga de trabalho.

Professora do curso de Artes Visuais da Ufam em Parintins desde 2010, Cláudia Carnevskis, 35, sabe bem o que é isso. Quando ela assumiu a coordenação do curso, em agosto de 2011, dois de cinco professores estavam afastados por motivo de saúde. As turmas foram aumentando e a quantidade de docentes não. “O problema maior pra mim era o excesso de trabalho. Com essa situação, comecei a declinar, pois não estava mais dando conta”, lembra.

A docente já estava doente e não percebia. Até que foi motivada por uma

amiga professora também a buscar ajuda. “Foi um período muito turbulento: eu não conseguia mais dar conta da demanda, não conseguia dormir mais, não me alimentava direito. Fiquei dois meses afastada por orientação médica em meados de 2013”, contou. Cláudia ressaltou que a maior surpresa que teve naquele período foi o modo como foi tratada e a função que perdeu sem explicação. “Me senti deslocada e inútil. Era como se tudo o que eu tivesse feito pela instituição fosse em vão”, lamentou.

Para a Administração Superior da Ufam, uma das saídas é inverter a lógica que prioriza a perícia em detrimento da prevenção. A instituição conta com uma equipe própria para acompanhar as de-



mandas de saúde do servidor e tem um fluxo de atendimento para vários casos, conforme o diretor do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV) e presidente da Comissão Executiva de implantação do acordo de Combate ao Assédio Moral da universidade, Ronaldo Vitoriano.

Ele antecipou à reportagem que a universidade está articulando parceria com um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) que tem *expertise* em levantamento e análise de dados para identificação das fontes do adoecimento na instituição. “Os dados levantados pelo Siass são consequência. Precisamos agora é identificar as causas e atuar mais preventivamente”, afirmou Vitoriano, em consonância com a assistente social Renata Pinheiro.

A gestora do Siass lembra que, apesar de tratar-se de uma luta recente, a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público no Brasil (Pass) valoriza, entre seus eixos, o cuidado com o trabalhador, preocupação mais evidente do setor privado e que agora passa ser obrigação também no setor público: promoção e vigilância.

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que também é docente de Medicina, professor Antonio Gonçalves, mantém a crítica quanto à abordagem do governo em relação às questões de saúde. “Ao invés de fazer uma atividade para melhorar a qualidade de vida do trabalhador e preservar a saúde, eles querem cortar o direito da pessoa ir a uma consulta médica. O governo deveria estar preocupado com a razão dos servidores se afastarem por problemas de saúde”, conclui. É preciso manter a vigilância: em relação à saúde do professor e à atuação do governo.

“A ADUA-SS será contundente na defesa da saúde do professor tanto na sede, quanto fora dela, uma vez que os campi têm suas especificidades em relação ao local e infraestrutura não apenas da Ufam, mas na infraestrutura dos municípios onde os mesmos estão localizados”, afirmou a 1ª secretária da seção sindical, professora Ana Cristina Martins.

Dificuldade de concessão de licença médica para servidor persiste nos campi fora da sede

As condições de trabalho precárias na Ufam, principalmente fora da sede, suscitaram uma grande greve em 2012. Entre os problemas estava a concessão de licença médica. A prova de que pouco mudou de lá para cá é a abertura de um inquérito civil no Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) para apurar irregularidades em relação ao descumprimento de licença para tratamento de saúde de servidores.

A determinação foi publicada no dia 13 de agosto no Diário Oficial. A abertura do inquérito ocorreu com a denúncia de que “a Ufam estaria exigindo o deslocamento à capital dos servidores lotados no interior do Estado para que se submetessem à perícia médica, no bojo de procedimento para concessão de licença médica”, conforme o MPF/AM.

A ADUA-SS ressalta que os campi fora da sede foram criados sem o aparato necessário, deixando o servidor sob condições precárias e sujeito a diversas formas de assédio moral, o que enseja o adoecimento dos docentes, que não têm a assistência médica estabelecida em lei, e, por esse motivo, são forçados a se deslocar para a capital, com recursos próprios, para se submeter a avaliação de junta médica pericial.

A assessoria jurídica da Seção Sindical destaca o parágrafo 1º do artigo 230, da Lei nº 8.112/90: “nas hipóteses previstas nesta Lei em que seja exigida perícia, avaliação ou inspeção médica, na ausência de médico ou junta médica oficial, para a sua realização o órgão ou entidade celebrará, preferencialmente, convênio com unidades de atendimento do sistema público de saúde, entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, ou com o INSS”.

O MPF indicou o artigo 6º do decreto nº 7.003/2009 para justificar o inquérito. O artigo diz que “inexistindo perito oficial, unidade de saúde do órgão ou entidade no local onde tenha exercício o servidor, o órgão ou entidade do servidor celebrará acordo de cooperação com outro órgão ou entidade da administração federal, ou

firmará convênio com unidade de atendimento do sistema público de saúde ou com entidade da área de saúde, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública”.

O MPF solicitou uma posição da Ufam. Conforme o órgão, “a universidade informou que firmou termo de cooperação com as prefeituras de Coari e Itacoatiara e que restam alguns ajustes para que o mesmo ocorra em relação às prefeituras de Humaitá, Benjamin Constant e Parintins”. Em Coari, a licença foi ofertada no local 10 anos após a criação do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) e 13 anos depois no caso do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), em Itacoatiara. “Antes de 2016 era uma dificuldade, por causa de um dia [de licença], a pessoa tinha que se deslocar para Manaus para passar por perícia, era terrível”, contou a professora do ISB, Priscila Mendes.

Com 10 anos de serviço público ICET, a técnica Marilena Silva foi uma das servidoras que teve problema. Quando precisou acompanhar a filha em uma cirurgia, no início de 2017, a servidora recebeu três dias de falta após ter atestado recusado pela Ufam e foi orientada a repor as horas. “Protestei, porque eu estava cumprindo a minha parte de apresentar o atestado e a universidade não estava cumprindo a dela de fazer valer o que estava no decreto. Me informei com um advogado que disse que se eu tivesse feito a reposição, seria enriquecimento ilícito da União”, relatou.

A servidora contou que a convocação para a perícia era feita por telefone, sem documentação, e que só depois a ser feita por e-mail. “Das vezes que recebi documento do Siass foi através de protesto, foi preciso me expor. Não foi só o fato de não haver perícia, isso gerou problemas estressantes”. Em outro caso, a técnica teve problema ao solicitar dispensa quando os filhos adoeceram e se negou a ir a Manaus para a perícia em razão dos gastos com passagem, hospedagem e alimentação. “Ia ser muito dispendioso, só regularizaram aqui por conta dessas pressões”.

>>> ENTREVISTA

Presidente do ANDES-SN avalia conjuntura após eleição presidencial

DIVULGAÇÃO/SEDUFMS



Levando em conta o duro ataque que as universidades públicas brasileiras sofreram em sua autonomia universitária na semana que antecedeu às eleições em segundo turno, a Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SS) traz com exclusividade aos seus sindicalizados e sindicalizadas uma entrevista com o presidente do ANDES-SN, professor Antonio Gonçalves, sobre os impactos das propostas do presidente eleito para o setor da Educação. Assim como sobre o uso dos dispositivos do Estado contra as Instituições de Ensino.

Implantação do projeto “Escola sem Partido”, combate à “ideologia de gênero”, redução de recursos para o Ensino Superior, ampliação da Educação à Distância, intensificação da educação militar, cobrança de mensalidade nas universidades públicas, intervenção na escolha dos reitores e perseguição a professores “doutrinadores” são algumas das ameaças do governo eleito. Qual o impacto concreto dessas propostas para a Educação brasileira?

A perspectiva é de tentativa de retirada de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira. A educação que historicamente defendemos e buscamos construir cotidianamente está sob ameaça. Objetiva-se criar um

clima de medo e patrulhamento do fazer docente, em um ataque direto aos serviços e servidores públicos. Ao final, o projeto educacional do futuro governo visa precarizar o Ensino Fundamental, limitar o Ensino Médio para uma perspectiva apenas profissionalizante e restringir o acesso ao Ensino Superior através da cobrança de mensalidades, fim das cotas raciais e ampliação da privatização. É uma volta à hierarquização taylorista-fordista de educação do século XIX.

Logo após a vitória do candidato do PSL, uma deputada estadual eleita do mesmo partido incitou estudantes a filmarem e denunciarem docentes por “manifestações político-partidárias e ideológicas” e o próprio presidente eleito, Jair Bolsonaro, gravou um vídeo falando o mesmo. Isso já vinha acontecendo e agora a perspectiva é que se intensifique. De que forma o ANDES-SN está orientando a categoria para agir nessas situações e também em casos de ameaças e ataques verbais e/ou físicos?

Divulgamos orientações preliminares de como proceder em caso de ameaça ao direito constitucional à liberdade de cátedra, dentre as quais destacamos: em caso de ameaça física ou verbal direta e/ou por meios de comunicação impressa e/ou eletrônicas que se registre fotografando, filmando, gra-

vando e salvando documentos, se possível na presença de testemunhas; que a utilização de celular e/ou outro equipamento que permita a gravação em sala de aula somente possa ocorrer com a autorização do/a professor/a. Caso a gravação ocorra sem esse consentimento e seja utilizado para outros fins, isso pode ensejar medidas judiciais cíveis e criminais contra o/a autor/a das ameaças e/ou ofensas. Orientamos fazer prova do fato e procurar a assessoria jurídica da seção sindical para orientação imediatamente. Sugerimos que já seja explicitado no programa do curso, entregue no início do semestre, a proibição para gravação e registro fotográfico das aulas; denuncie sempre qualquer tipo de ameaça, inclusive para a mídia que a está divulgando e para a sua instituição de ensino. A maioria das mídias impressas e eletrônicas dispõe de mecanismos que permitem que se faça denúncias; não haja sozinho/a, procure preferencialmente o apoio jurídico de sua seção sindical e/ou de instituições públicas e/ou privadas de defesa dos direitos do/a cidadão/a, como o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e outras no seu Estado.

Para o candidato eleito “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego”. Levando em conta a precarização trazida pela Reforma Trabalhista aprovada utilizando-se esse mesmo discurso, qual a sua análise sobre as últimas declarações do futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes, sobre a intenção de aprovar a Reforma da Previdência?

A previdência pública é superavitária e tornou-se o foco do atual e do futuro governo com o objetivo de torná-la um regime de capitalização, incrementando desse modo o processo de acumulação capitalista, rompendo com o regime de partição e solidariedade entre gerações. O acesso ao direito à aposentadoria será restrito, a remuneração rebaixada e o tempo para a sua obtenção alargado.

Durante as eleições, a Polícia Federal e o TRE de vários Estados protagonizaram ações em universidades brasileiras, apreenderam materiais em seções sindicais e intimidaram participantes de atos em defesa da democracia. Como o ANDES-SN analisa o uso dos dispositivos do Estado contra as Instituições de Ensino?

As diversas ações empreendidas contra as instituições de ensino superior antes do segundo turno das eleições foram articuladas e com o intuito de cercear a liberdade de expressão e nos intimidar. Realizamos uma coletiva de imprensa para denunciar as ações de diferentes esferas da justiça, inclusive as ações coordenadas do TRE às vésperas do segundo turno das eleições. Ingressamos como *Amicus Curiae* na ADPF 548 que tratou da liberdade de expressão

dentro das Universidades. Na audiência, o ANDES-SN realizou sustentação oral e na sua peça jurídica citou a deputada eleita de Santa Catarina, que tem estimulado a perseguição aos/às docentes, provocando os ministros a se pronunciarem sobre o caso.

Concluídas as eleições, a perspectiva é de que essa onda não se dissolva de uma hora para outra. Qual a expectativa do Sindicato Nacional para os próximos anos considerando essa sombra fascista? E de que maneira, o Sindicato tem reforçado e se preparado para encarar novas investidas?

Serão anos de muita resistência aos ataques que se anunciam. O ANDES-SN tem empreendido diversas ações com o objetivo de proteger a nossa categoria e promover a unidade da classe trabalhadora, dentre as quais destacamos: a realização de reunião com entidades nacionais no dia 23 de outubro, para construir alternativas para a organização dos/as trabalhadores/as nesse momento. A proposta é a construção de uma Frente/Fórum Nacional em Defesa da Democracia; Orientamos as seções sindicais e as secretarias regionais a construir frentes locais antifascistas e/ou a favor da democracia; elaboramos orientações gerais para os/as docentes se protegerem nos casos de ataques; solicitamos reunião com a Andifes, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e o Conif. A reunião com a Andifes e demais entidades da educação ocorreu no dia 6 de novembro. Solicitamos parecer ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e à Assessoria Jurídica Nacional do texto “Carta à Nação Brasileira”, da bancada evangélica com propostas para o novo governo; deliberou-se no setor das federais que as seções sindicais cobrem dos Conselhos Universitários posição em defesa da Universidade Pública e pela liberdade de cátedra e realizem uma rodada de assembleias gerais para deliberar, entre outras ações, pelo Dia Nacional em Defesa da Educação e a realização de uma reunião conjunta do setor das federais e estaduais/municipais, no dia 2 de dezembro. Estamos rearticulando, juntamente com outras entidades da educação, a Frente Nacional Escola Sem Mordaça para atuação imediata; estamos realizando reuniões semanais com entidades nacionais da educação para a construção de ação unitária em defesa da educação pública a ser realizada no início de dezembro, o que está sendo chamado de Dia Nacional em Defesa da Educação. Estamos redimensionando o Seminário Interno de Reorganização da Classe, deliberado pelo 63º Conad, para debater a conjuntura e os desafios diante do novo governo. O seminário vai acontecer em Brasília nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. Estamos elaborando também ações de comunicação em defesa da Universidade Pública e vamos intensificar a campanha de sindicalização com o mote: “Não fique só, venha para seu sindicato”.

>>> AUSÊNCIA DE DEBATE

Criação de universidades no interior do AM preocupa docentes

Daisy Melo

Em um cenário de redução drástica nos orçamentos, forte ameaça de privatização e total precarização das Instituições de Ensino Superior, o ministro da Educação, Rossielli Soares, anunciou a criação de universidades no interior do Amazonas. Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) afirmam entender a importância da geração de mais oportunidades nas regiões, mas mostram-se preocupados pelo fato da Reitoria e do Ministério da Educação (MEC) não promoverem uma discussão com a comunidade acadêmica. Procuradas, as duas instituições não se manifestaram.

Uma das estratégias seria a transformação do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) em universidade. “Nós estamos trabalhando para criar uma universidade na região que pega Coari até Tabatinga, que é, hoje, uma prioridade de atendimento – isso em parceria com a universidade federal – estamos construindo juntos, discutindo juntos e estamos, também, trabalhando com a possibilidade de uma universidade para o Baixo Amazonas – Parintins, Itacoatiara, Maués”, disse Rossielli ao site da Rede Tiradentes.

O professor do ICSEZ, Lucas Milhomens, afirma reconhecer a importância da criação de universidades para potencializar ações do Ensino Superior nos municípios, mas ressalta que o debate é necessário. “Não é ser contra a universidade ser criada, é preciso discutir qual modelo de universidade pode ser criado nessa conjuntura de sucateamento da universidade pública, não se está refletindo com a base, está sendo pensado totalmente de forma vertical”, disse.

A 1ª secretária da ADUA-SS, Ana Cristina Martins, lembra que a avaliação dos serviços prestados é um princípio da Administração Pública. “No caso da Ufam, desde a expansão via Reuni, não houve, por parte das administrações superiores, o interesse e o compromisso em avaliar com a participação da comunidade acadêmica como essa expansão tem acontecido e quais suas repercussões nos municípios onde foi implantada. Contudo, faz-se necessária e urgente uma discussão mais ampla e horizontal que contemple os segmentos envolvidos e as populações beneficiadas com a presença da Universidade”, afirmou.

No dia 6 de novembro, a Reitoria da Ufam enviou um memorando à direção do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), solicitando ao Conselho Diretor (Condir) uma posição sobre a transformação do IEAA em Universidade Federal do Sul do Amazonas (Ufesa), sediada em Humaitá e com *campi* nos municípios banhados pelos rios Madeira e Purus. Na reunião do Condir, no último dia 21, foi decidida a composição de uma comissão local que irá elaborar um cronograma de atividades para discu-

tir o assunto, segundo informações do docente do IEAA, André Bordinhon.

Segundo Milhomens, a preocupação da categoria baseia-se também no fato de que a conjuntura nacional não é favorável e que o projeto de privatização das universidades pode afetar o modelo a ser implantado. Bordinhon compartilha a preocupação de que essa emancipação ocorrerá durante mudança no Executivo. “Essa discussão, da maneira como foi colocada pela reitoria, carece de informações, estamos bastante preocupados, porque precisamos de elementos para saber como isso se dará, o processo de implantação do campus aqui foi extremamente deficiente, por isso estamos levantando esse debate”.

Para a 1ª secretária da ADUA-SS, reuniões nas unidades ou no Consuni ainda são insuficientes, considerando a importância e complexidade da criação de novas universidades a partir do contexto abordado. “São decisões que não devem ser tomadas às pressas sem o devido aprofundamento, principalmente diante da conjuntura de precarização das universidades públicas que se aprofundará diante dos planos do novo governo”, afirmou.



A reitoria solicitou uma posição da diretoria do IEAA sobre a transformação do campus em uma universidade

>>> RÁPIDAS

“Universidade pública nunca esteve tão ameaçada”

“Nunca a universidade pública esteve tão ameaçada como no atual momento. Desde a criação, a origem das universidades no século XIX, nunca houve uma ameaça tão grande a princípios estruturantes da universidade”. Esse foi o alerta principal do professor do Sindicato dos Docentes da Uniãoeste (Adunioeste), Luiz Fernando Reis que palestrou, no dia 22 deste mês, no [I Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte I](#), do ANDES-SN, gestão 2018-2020, na UEA.

Vitória: chaves da Casa do Estudante são entregues

Estudantes do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez), unidade acadêmica da Ufam em Parintins, finalmente receberam, no dia 22, as chaves da Casa do Estudante. Os [acadêmicos ocupavam o espaço desde o dia 19](#), com a reivindicação do chamamento dos estudantes e a abertura imediata da residência. O imóvel foi inaugurado em junho de 2017, no fim da gestão da reitora Márcia Perales e até então estava sem uso.

ANDES-SN orienta docentes em caso de agressões

Diante das ameaças à liberdade de cátedra, feitas por políticos aliados do presidente eleito e pelo próprio Jair Bolsonaro (PSL), a assessoria jurídica do ANDES-SN elaborou [orientações preliminares](#) sobre este direito constitucional. Segundo documento da AJN, a liberdade de cátedra é um direito previsto na Constituição de 88. Por um lado, garante à comunidade o acesso às pesquisas e ideias desenvolvidas pela academia, e, por outro, assegura a liberdade de atuação em sala de aula.

ADUA-SS lança Campanha “Não é Não!” no interior

[Depois do lançamento em Manaus, no dia 31 de outubro](#), a ADUA-SS estendeu a campanha “Não é Não”, contra toda forma de assédio, às unidades acadêmicas de fora da sede da Ufam. No Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), em Coari, a campanha foi lançada no dia 7 de novembro, durante encontro dos docentes da unidade acadêmica. Já no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), em Humaitá, o lançamento ocorreu no dia 26 de novembro.

>>> AGENDA

Seminário Nacional de EAD do ANDES-SN

O Sindicato Nacional realiza de 8 a 9 de dezembro, na sede da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), o Seminário Nacional de EAD do ANDES-SN. A atividade cumpre as deliberações do 37º Congresso da entidade. Entre os temas debatidos estarão: “Políticas Públicas de Ensino a Distância no Brasil”; “Financiamento, Gestão e Avaliação no EaD”; e “Trabalho Docente, Organização e Luta do(a)s Trabalhador(a)s no EaD”.

ANDES-SN convoca reunião conjunta do Setor das Ifes, IEES e IMES

O Sindicato Nacional promove no próximo dia 2 de dezembro uma reunião conjunta dos setores das Federais (Ifes) e das Estaduais e Municipais (Iees/Imes), na sede da entidade, em Brasília, para avaliar aspectos da conjuntura atual e deliberar encaminhamentos em preparação ao calendário de lutas de 2019. A convocatória para a reunião consta na Circular nº 384/18 enviada às seções sindicais.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/07/2018 A 30/09/2018

QUADRO RESUMO MENSAL		jul/18	ago/18	Setembro
Receitas	R\$	93.205,85	R\$ 89.219,50	R\$ 90.299,20
Despesas	R\$	136.329,99	R\$ 106.956,44	R\$ 26.363,86
SALDO ANTERIOR	R\$	744,50	R\$ 2.324,36	R\$ 562,02
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$		R\$	R\$ 79.417,46
Saldo Fundo de caixa	R\$	2.324,36	R\$ 562,02	R\$ 14.889,90
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$	257.001,23	R\$ 218.546,13	R\$ 218.546,13
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$	304.319,16	R\$ 257.001,23	R\$
Aplicações no Mês				R\$
Rendimento de Aplicações	R\$	1.009,71	R\$ 888,94	R\$
Resgate de Aplicações	R\$	48.327,64	R\$ 39.344,04	R\$
SALDO ATUAL	R\$	260.070,09	R\$ 221.432,51	R\$ 233.998,05

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim ADUA

O boletim ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria:

Marcelo Mario Vallina (Presidente), Milena Fernandes Barroso (2º Vice-presidente), Ana Cristina Fernandes Martins (1ª Secretária), Nereide de Oliveira Santiago (2ª Secretária), Ana Lúcia Silva Gomes (1ª Tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2ª Tesoureira).

Diretora responsável:
Milena Barroso

Assessoria de Comunicação:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:

Rafael Miranda

Projeto gráfico:

Rafael Miranda

Endereço:

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:

aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

 (92) 98138-2677

www.adua.org.br